



ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE FAGUNDES

# JORNAL OFICIAL

INFORMATIVO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE FAGUNDES, CRIADO PELA LEI 003 DE 26/06/1979

Ano XXXVIII «»

Fagundes-PB, 21 de maio de 2020.

## LEIS:



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES  
PODER EXECUTIVO  
Rua Justa Quilôs, 57N - Centro - Fagundes - PB  
CNPJ: 08.737.694/0001-36

LEI Nº 489/2020

DISPÕES SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA  
LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2021, E DA  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei em cumprimento ao disposto no Art. 160, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e art. 118, II da Lei Orgânica do Município de Fagundes, estabelece as diretrizes orçamentárias do Município de Fagundes-PB para o exercício de 2021, e compreende:

- I - As prioridades da administração pública municipal;
- II - A estrutura e organização do orçamento anual;
- III - As diretrizes gerais, as orientações e os critérios para a elaboração e a execução da lei orçamentária anual do Município e suas alterações para o exercício de 2021;
- IV - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V - As disposições relativas à dívida pública e seus respectivos encargos;
- VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- VII - Das Políticas de Fomento;

Página 9 de 18

VIII - Critérios para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

IX - Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

X - Outras disposições gerais.

### CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º - As metas e prioridades da administração pública municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício financeiro de 2021, embora não se constituam limites à programação das despesas, serão assim fixadas:

I. Poder Legislativo:

51º Modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;

52º Adoção de iniciativas que venham sensibilizar a população para a participação do processo legislativo.

II. Do Poder Executivo

51º Ampliação e melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos e adequação do quadro de servidores para a oferta de serviços essenciais básicos nos seguintes segmentos:

a) Na Educação:

I - ofertar vagas no ensino regular fundamental, para as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) com foco nas seguintes metas:

II - estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais com melhoria do ensino;

III - de redução das desigualdades e à valorização da diversidade que visem à equidade;

IV - de valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas anteriores sejam atingidas.

b) Na Saúde e Saneamento:

I - com restauração da rede física e melhoria da qualidade dos serviços de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito prestados na rede municipal com destaque para os serviços

Página 2 de 18



## ESTADO DA PARAÍBA

de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento.

### Q - Na promoção social:

I - à família, à criança e ao adolescente e à população idosa, com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes casados do Município com renda comprovadamente inferior a um quarto do salário mínimo por pessoa da família.

### d) Do licitativo;

I - aos trabalhos rurais mediante ampliação de assistência ao trabalhador com a promoção de metas e prioridades que venham contribuir para a descoberta das vocações locais.

### e) Na Ampliação de oferta:

I - de emprego e renda à população com a promoção de capacitação, criação e incentivo para as oportunidades de ao primeiro emprego em parceria com a iniciativa privada.

### f) Na Recuperação e conservação;

I - do meio ambiente visando ao atendimento às determinações constantes no art. 225 da Constituição Federal.

### g) No Desenvolvimento;

I - em articulação com os Governos Estadual e Federal, de programas voltados a implementar políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais e artísticas.

### §2º Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:

- Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;
- Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;
- Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.

### §3º Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos seguintes:

- Do desenvolvimento da agropecuária;
- Da indústria, com ênfase às pequenas e micro empresas.

### §4º Ações administrativas que objetivem:

- A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;

Página 3 de 10

- A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate a sonegação.

**Art. 3º** - Para consecução das prioridades previstas no art. 2º, o orçamento anual deverá conseguir metas relacionadas com as seguintes ações de governo.

### I - Na Área Social:

#### §1º Na Educação e Cultura:

- Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;
- Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em até 100%;
- Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 70% dos professores da rede municipal;
- Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em no mínimo 50%;
- Apoio ao portador de deficiência física e de necessidades especiais;
- Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
- Expansão das atividades de educação física e esporte nas escolas da rede municipal de ensino;
- Distribuição da merenda escolar para todas as escolas municipais;
- Apoio a atividades e extensão universitária;
- Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e a do padroeiro.

#### §2º Na saúde pública:

- Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo o índice de mortalidade infantil;
- Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
- A estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
- Manutenção dos Programas Básicos de Saúde da Família;

#### §3º Na habitação e saneamento básico:

- Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
- Construção e melhoria de casas populares.

#### §4º Na assistência Social:

- Assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
- Ampliar os programas de assistência comunitária;

Página 4 de 10



## ESTADO DA PARAÍBA

c) Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;

d) Estimular programas de assistência comunitária;

e) Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;

f) Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;

g) Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;

h) Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

II - Na Área Econômica:

§1º Na Agropecuária:

a) Assistência e incentivo à produção agrícola;

b) Fortalecimento do pequeno produtor rural;

c) Distribuição de sementes ao pequeno produtor;

d) Combate à seca e à pobreza rural.

§2º Na Indústria, comércio e turismo:

a) Apoio às pequenas e micro empresas do município.

III - Na Área De Infraestrutura:

§1º Nos Recursos hídricos:

a) Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação.

§2º No Transporte:

a) Conservação e apoio à malha rodoviária municipal.

§3º Na Energia:

a) Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;

b) Manutenção da eletrificação urbana e rural.

§4º Nos Serviços Urbanos:

a) Melhoria e ampliação das condições de funcionamento de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;

b) Ampliação e manutenção da coleta de lixo;

c) Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;

d) Arborização da cidade.

**Parágrafo Único** - Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2021.

**Art. 4º** - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

Página 10 de 10

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental, visando à realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;

II - Atividade: um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter continuado e permanente, dos quais resulte um produto característico da ação do governo.

III - Projeto: um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

IV - Operação especial: as despesas de que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta sob forma de bens ou de serviços.

§ 1º - Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação às quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

§ 3º - Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.

§ 4º - A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subitêmulos, com indicação de suas metas físicas.

### CAPÍTULO III

#### DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

**Art. 5º** - O projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhara à Câmara Municipal será composto de:

I - Mensagem;

II - Projeto de Lei do Orçamento;

III - Tabelas explicativas

§ 1º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

a) Exposição circunstancial da situação econômica financeira do Município;

b) Exposição e justificativa da política econômica financeira;

c) Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital;

Página 11 de 10



## ESTADO DA PARAÍBA

**Art. 6º** - O Orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária detalhando-a, por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme a seguir discriminados:

**I - Despesas Correntes:**

- a) Pessoal e encargos sociais;
- b) Renegociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c) Outras despesas correntes.

**II - Despesas De Capital:**

- a) Investimentos;
- b) Inversão financeira;
- c) Amortização da dívida consolidada.

### **CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

#### **SEÇÃO I DAS DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 7º** - O Orçamento para exercício de 2021 obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

**Art. 8º** - Na elaboração do orçamento fiscal para o exercício de 2021 deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

**I** - As despesas deverão ser orçadas a preço de Julho de 2020;

**II** - O chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de setembro do corrente ano, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2021;

**III** - A mesa da Câmara encaminhará a Prefeita Municipal, até 31 de agosto do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2021, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela emenda Constitucional nº 25/2000;

**IV** - A Prefeita do Município encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021, até 30 de setembro de 2020;

**V** - A Câmara Municipal deverá devolver para a sanção do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, até 15 de dezembro de 2020.

Página 10 de 10

**VI** - A Prefeita deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano;

**VII** - A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:

a) Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 3º da Lei complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

b) Consignar, sob o título de "RESERVA DE CONTINGÊNCIA", dotação genérica no valor de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL);

**VIII** - Na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão obedecer à classificação constante nos anexos 2 e 6 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

**IX** - Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTINGÊNCIA só deverá ser utilizada para:

a) Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da lei orçamentária;

b) Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representem riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;

c) Cobrir frustração de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o ano de 2021.

**Art. 9º** - O Projeto da Lei Orçamentária a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:

**I** - Texto da lei;

**II** - Quadros orçamentários consolidados;

**III** - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;

**IV** - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 10** - O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o ano de 2021, em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

**Art. 11** - O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

**I** - Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;

**II** - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

Página 11 de 11



## ESTADO DA PARAÍBA

III – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 60% (sessenta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV – Transferir, resumir ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, com prévia autorização legislativa, nos termos do inciso IV, do art. 167, da Constituição Federal.

**Art. 12** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2021 deverá ser realizada de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observados o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**Art. 13** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2020, deverão levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário, a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais, observados, contudo, o que dispõe a respeito o parágrafo único do art. 7º antecedente.

**Art. 14** - O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2021, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano de 2020, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº 24/2000.

**Art. 15** - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei do orçamento e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

**Art. 16** - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada que preencham uma das seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação;

II - Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao Art. 61 de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

**§ 1º** - A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos dar-se-á mediante a apresentação de declaração, que comprove seu regular funcionamento nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2020 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

**§ 2º** - As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração de convênio, obrigando-se o beneficiário à prestação de contas e a

Página 9 de 18

obedecer, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de recursos, as regras do art. 116 da Lei Federal nº 8.066/93, com suas alterações posteriores.

**Art. 17** - É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "AUXÍLIOS" a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

I - Prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;

II - Estejam voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

III - Sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;

IV - Sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.

**Art. 18** - As entidades privadas beneficiárias com recursos públicos do orçamento municipal, a qualquer título, sujeitar-se-á à fiscalização pelo Poder concedente, com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**Art. 19** - Os procedimentos administrativos de estimativa do inquérito orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

**Parágrafo Único** - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, é considerado despesa irrelevante, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.066/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

**Art. 20** - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

### SEÇÃO II

#### DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

**Art. 21** - O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá constar, necessariamente, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos orçamentários, destacando-se, pelo menos:

Página 10 de 18



## ESTADO DA PARAÍBA

I - Os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;

II - Os investimentos financiados com recursos originários de operações de crédito vinculados a projetos específicos, quando for preciso;

**Parágrafo Único** – Só serão incluídas na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritárias para o município ou atendem às exigências desta lei.

**Art. 22** - Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

- I - Inclusão de projetos em andamento;
- II - Inclusão de projetos em fase de conclusão.

**Parágrafo Único** – Não poderá ser programado investimentos à custa de anulação de dotações de projetos em andamento, desde que executados pelo menos 10% (dez por cento).

### CAPÍTULO V DAS PRIORIDADES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 23** - O orçamento fiscal compreenderá a despesa com pessoal de todos os órgãos dos poderes do município.

**Parágrafo Único** – Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

- I - A remuneração dos agentes políticos;
- II - Os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município;
- III - As obrigações patronais;
- IV - As demais despesas, assim consideradas pela Lei nº 101/2000.

**Art. 24** - As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo, da Câmara Municipal e respectivos Encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 25** - Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, o chefe do Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº 101/2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.

Página 11 de 16

**Art. 26** - O projeto de lei orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2021, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

**Parágrafo Único** - As despesas com pessoal e encargos sociais do ano de 2021, não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida, o montante estimado para o exercício de 2020, acrescido de até 25% (vinte e cinco por cento), se este for inferior ao limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

### CAPÍTULO VI DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 27** - A lei municipal, que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovada se atendida às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000.

**Art. 28** - Na estimativa do orçamento projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação tributária municipal, as quais venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de 2021.

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei do orçamento:

I - Serão identificadas as alterações propostas na legislação tributária e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - Será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação tributária.

§ 2º - Caso a proposta de alteração na legislação tributária não seja aprovada, ou somente o seja parcialmente, até o envio do projeto de lei do orçamento para a sanção do Prefeito, de sorte que em decorrência disso não possam ser realizadas as receitas esperadas, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto executivo, até trinta dias após sanção da lei orçamentária.

§ 3º - Também por decreto, a ser editado no mesmo prazo do parágrafo anterior, o Chefe do Executivo promoverá a substituição das fontes de recursos condicionadas, constantes do orçamento sancionado, decorrentes de alterações na legislação tributária municipal aprovada antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária para sanção, pelas respectivas fontes de receita definitivas.

§ 4º - Aplica-se ao disposto neste artigo as propostas de alteração na vinculação das receitas.

Página 12 de 16



## ESTADO DA PARAÍBA

### CAPÍTULO VII DAS POLÍTICAS DE FOMENTO

**Art. 29** - O Poder Executivo poderá, mediante autorização legislativa, realizar projetos que exijam investimentos em conjunto com a iniciativa privada, desde que resultem em crescimento econômico.

**Parágrafo único** - A definição das empresas que participarão de cada projeto deverá ser efetuada através de licitação pública.

**Art. 30** - O Poder Executivo poderá adotar medidas de fomento à participação das micro, pequenas e médias empresas instaladas na região, no fornecimento de bens e serviços para a Administração Pública Municipal, bem como facilitará a abertura de novas empresas de micro, pequeno e médio porte, por meio de desburocratização dos respectivos processos e criação de incentivos fiscais quando julgar necessário.

**Art. 31** - O Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo projeto de lei disposto sobre alterações na Legislação Tributária, com vistas ao fomento da atividade econômica no Município.

**Art. 32** - O Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo projeto de lei criando mecanismos fiscais que favoreçam a geração de empregos.

**Art. 33** - O Poder Executivo, mediante prévia autorização Legislativa, poderá criar incentivos administrativos e fiscais de modo a fomentar a instalação de empresas que estimulem o desenvolvimento de atividades turísticas e esportivas.

### CAPÍTULO VIII DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

**Art. 34** - O orçamento da seguridade social compreenderá dotações destinadas a atender a ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social e conterá, dentre outros, com recursos provenientes de:

- I - Contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas do município;
- II - Aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde;
- III - Receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata este artigo;
- IV - Convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades que integram o orçamento da seguridade social;
- V - Outras Receitas do Tesouro.

  
Página 12 de 16

**Parágrafo Único** - A concessão de benefícios previdenciários aos segurados dos Poderes do Município, seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, será consignada ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) integrante do orçamento da seguridade social.

### CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 35** - A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 15% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

**Art. 36** - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

**Art. 37** - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

**Art. 38** - A administração da dívida pública municipal interna ou externa terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

### CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 39** - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a Prefeitura Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2021.

**Art. 40** - Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira, em face às metas de resultado primário, em observância aos princípios do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, será fixado separadamente percentual de limitações para o conjunto de projetos ou de atividades orçados e calculados de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas cuja execução se constitua obrigação constitucional legal, observando-se ainda:

I - o Poder Executivo e a Mesa da Câmara Municipal determinarão por atos próprios a limitação de empenho;

II - a limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesas, deverá se dar no montante equivalente à diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;

  
Página 13 de 16



## ESTADO DA PARAÍBA

**III** - o Poder Executivo e a Mesa da Câmara Municipal limitarão suas despesas em valor proporcional à participação de cada um no montante das dotações relativas aos projetos, atividades ou operações especiais a serem afetados com a medida, na forma estabelecida no "caput" deste artigo;

**IV** - as despesas com pessoal e encargos, bem como as referentes ao pagamento do principal e encargos da dívida, não serão objetos de limitação.

**Parágrafo Único** - Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Mesa da Câmara, mediante apresentação de memória de cálculo, premissas, parâmetros e as justificativas do ato, o montante que caberá ao legislativo limitar seus empenhos e movimentações financeiras.

**Art. 41** - As ajudas financeiras e dotações concedidas a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com lei municipal específica. É vedado consignar no orçamento municipal para 2021, dotações para subvenções econômicas, ressalvadas as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá estar autorizada por lei específica.

**Art. 42** - São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesas, visando à viabilidade à execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Parágrafo Único** - Caberá à contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

**Art. 43** - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às atividades, projetos ou as operações especiais pertinentes aos objetivos e metas, previstos nos artigos 2º e 3º, desta Lei, poderão ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

**Art. 44** - O Anexo de Metas Fiscais, anexo a esta Lei, estabelece para o exercício financeiro de 2021, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:

Anexo I - Metas Anuais;

Anexo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;

Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo V - Origem da aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;

Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS - NÃO EXISTE;

Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

Página 04 de 10

Anexo VIII - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

**Art. 45** - O Anexo de Riscos Fiscais, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais no decorrer do exercício de 2021.

**Art. 46** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Cabinete da Prefeita Municipal de Fagundes - PB, 21 de maio de 2020.

  
MAGNA MADALENA BRASIL RISUCCI  
Prefeita Constitucional

Página 08 de 16





ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE FAGUNDES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
ANEXOS ANUAIS  
2021

AMF - Demonstrativo (LRF, art. 4º, §1º)

Especificação	2021		2022		2023	
	Valor Corrente	Valor Contingente	Valor Corrente	Valor Contingente	Valor Corrente	Valor Contingente
Receita Total	34.787.466	30.843.892	38.526.839	32.508.886	38.353.813	33.750.797
Receita Primária (I)	34.599.407	30.688.287	38.320.582	32.333.327	38.140.983	33.568.800
Despesa Total	34.787.466	30.803.892	38.526.839	32.508.886	38.353.813	33.750.799
Despesa Primária (II)	34.096.976	30.776.537	38.451.828	32.408.818	38.259.409	33.663.000
Resultado Primário (I - II)	-497.069	86.350	-132.246	-90.991	-108.428	-94.124
Resultado Nominal	12.029.171	10.659.079	12.600.129	11.231.914	13.151.135	11.660.989
Dívida Pública Consolidada	21.189.754	18.480.943	21.401.052	18.758.408	21.815.648	19.021.786
Dívida Consolidada Líquida	17.764.305	15.497.580	17.743.908	15.714.329	18.121.507	15.948.803

Fonte: Movimento de Fluxo de Caixa Março de 2020 - CPOM

MUNICÍPIO DE FAGUNDES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVISÕES  
2021

ARF (LRF, art. 4º, §3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVISÕES	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
SUBTOTAL		SUBTOTAL	
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVISÕES	
Calamidade Pública	267.605	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	267.605
SUBTOTAL	267.605	SUBTOTAL	267.605
TOTAL	267.605	TOTAL	267.605

R\$ 1,00

*[Handwritten signature]*



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE FAGUNDES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2021

AMF – Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2019 (a)	Metas realizadas em 2019 (b)	Variação	
			Valor (c = b - a)	% (c/a x 100)
Receita Total	34.984.541	27.489.466	-7.495.075	-21,42
Receita Primária (I)	34.890.714	27.438.638	-7.452.076	-21,36
Despesa Total	34.984.541	25.904.829	-9.079.712	-25,95
Despesa Primária (II)	34.974.541	25.904.829	-9.069.712	-25,93
Resultado Primário (I - II)	-83.827	1.533.809	1.617.636	-1929,73
Resultado Nominal		-904.749,35	-904.749,35	
Dívida Pública Consolidada		20.979.955	20.979.955	
Dívida Consolidada Líquida		17.588.421	17.588.421	

MUNICÍPIO DE FAGUNDES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2021

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO - R\$ MILHARES		
	2021	2022	2023
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>29.794.290</b>	<b>31.252.510</b>	<b>32.815.136</b>
RECEITAS CORRENTES	818.842	808.889	982.883
Impostos, Taxas e Contribuições	270.248	281.781	287.670
Receita Patrimonial	161.214	169.285	177.369
Transferências Correntes	28.461.082	29.881.115	31.378.322
Outras Receitas Correntes	52.800	55.440	58.231
RECEITAS DE CAPITAL	8.026.916	8.429.252	8.889.675
Transferências de Capital	8.026.916	8.429.252	8.889.675
RECURSOS DA RECEITA	-1.003.745	-1.151.933	-1.311.638
Produção da Receita para Formação do Jucobir	-1.003.745	-1.151.933	-1.311.638
<b>TOTAL</b>	<b>34.797.465</b>	<b>36.528.829</b>	<b>38.583.281</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (II)</b>	<b>24.848.670</b>	<b>26.216.672</b>	<b>27.673.316</b>
Personal e Encargos Sociais	13.346.331	14.068.407	14.790.077
Aluguel e Encargos da Dívida	90.496	95.820	99.271
Outras Despesas Correntes	11.411.843	12.112.445	12.783.477
DESPESAS DE CAPITAL (II)	9.551.791	10.029.702	10.510.817
em probabilidade	8.883.086	9.127.230	9.579.613
Financiamento	22.295	24.412	24.533
Aquisição de Bens	446.408	479.720	512.656
Amortização da Dívida	267.045	280.041	295.014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)			
TOTAL (IV) = (I+II-III)	<b>34.797.465</b>	<b>36.528.829</b>	<b>38.583.281</b>



ESTADO DA PARAÍBA

MANEJO DE FUNDOS  
LEI DE DIRETRES CONCORRENCIAIS  
ARTOS 16 E 17 DA LC 824  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2018

AMF - Demonstrativo (V.02) - art. 4º, § 2º, inciso II)

	2018	%	2017	%	2017	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Ativo			11.811.043,03	100,00	10.811.310,11	22,39
Passivos						
Resultado Acumulado	-1.143.884,24	100	-1.150.814,09	-9,64	-5.527.288	-50,19
TOTAL	-12.148.884,24	100	-830.511,06	-6,98	5.284.022	47,70

RESUMO PERIÓDICO

	2018	%	2017	%	2018	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Ativo						
Passivos						
Resultado Acumulado						
TOTAL						

MANEJO DE FUNDOS  
LEI DE DIRETRES CONCORRENCIAIS  
ARTOS 16 E 17 DA LC 824  
ANEXOS DE CONTAS FISCAIS

AMF - Demonstrativo II (19) - art. 4º, § 2º, inciso II)

MUNICÍPIO DE FAGUNDES  
LEI DE DIRETRES CONCORRENCIAIS  
ANEXOS DE CONTAS FISCAIS

ESPECIFICAÇÃO	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Total	29.292.265	6,15	27.489.466	6,15	30.130.920	20,52	34.787.466	5,00	36.526.859	5,00	38.315.131	5,00
Receitas Primárias (I)	29.135.324	-5,82	27.438.638	-5,82	30.251.111	20,10	34.339.400	5,00	36.124.952	5,00	38.148.943	5,00
Despesas Total	29.292.265	100,00	29.004.829	100,00	30.130.920	27,20	34.787.466	100,00	36.526.859	100,00	38.315.131	100,00
Despesas Primárias (II)	29.276.715	100,00	25.004.829	85,76	30.046.373	27,16	34.690.070	100,00	36.401.818	100,00	38.259.489	100,00
Resultado Primário (I - II)	-141.941	-0,48	1.333.829	4,87	-92.012	-0,27	-7.388	-0,02	-102.236	-0,28	-101.488	-0,27
Resultado Nominal	14.018.370	47,89	-904.748,35	-3,29	12.951.757	43,33	12.020.121	34,59	12.620.129	34,56	14.251.135	37,21
Dívida Pública Consolidada	15.482.718	52,91	20.779.955	75,77	13.964.071	46,54	21.189.294	61,24	22.901.852	62,81	21.515.688	56,11
Dívida Consolidada Líquida	15.482.718	52,91	17.589.421	63,90	13.946.079	46,47	17.754.305	51,07	17.941.948	49,13	18.111.907	47,27

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Total	29.292.265	6,15	26.266.913	6,15	30.597.941	20,52	34.787.466	5,00	36.526.859	5,00	38.315.131	5,00
Receitas Primárias (I)	29.135.324	-5,82	26.266.913	-5,82	30.251.111	20,10	34.339.400	5,00	36.124.952	5,00	38.148.943	5,00
Despesas Total	29.292.265	100,00	30.266.913	100,00	30.597.941	100,00	34.787.466	100,00	36.526.859	100,00	38.315.131	100,00
Despesas Primárias (II)	29.276.715	100,00	25.004.829	85,76	30.046.373	27,16	34.690.070	100,00	36.401.818	100,00	38.259.489	100,00
Resultado Primário (I - II)	-141.391	-0,48	1.333.829	4,87	-92.012	-0,27	-7.388	-0,02	-102.236	-0,28	-101.488	-0,27
Resultado Nominal	14.018.370	47,89	-904.748,35	-3,29	12.951.757	43,33	12.020.121	34,59	12.620.129	34,56	14.251.135	37,21
Dívida Pública Consolidada	15.482.718	52,91	20.779.955	75,77	13.964.071	46,54	21.189.294	61,24	22.901.852	62,81	21.515.688	56,11
Dívida Consolidada Líquida	15.482.718	52,91	17.589.421	63,90	13.946.079	46,47	17.754.305	51,07	17.941.948	49,13	18.111.907	47,27



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE FAGUNDES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E CONSOLIDADO DA RECEITA DE RECEITA  
2021

ANEX - Tabela 6 (LBR art. 4º, § 1º, inciso V)  
RECEITA/PRINCIPAIS/RECEITAS

ANEX - Tabela 6 (LBR art. 4º, § 1º, inciso V) RECEITA/PRINCIPAIS/RECEITAS	ESTIMATIVA DE RECEITA/PROJEÇÃO	COMPARAÇÃO

Nota: O Município não tem política para renúncia de receita

MUNICÍPIO DE FAGUNDES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ORÇAMA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2021

ANEX - Demonstrativo V (LBR art. 4º, § 1º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2019(R\$)	2018(R\$)	2017
RECEITAS DE CAPITAL:			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
TOTAL			
OPERATIVAS LÍQUIDAS:			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	2019(0)	2018(0)	2017
Despesas de Capital			
Investimentos:			
Investimentos Financeiros			
Amortização da Dívida			
OPERATIVAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA:			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL			

Fonte: Balanço orçamentário



# ESTADO DA PARAÍBA

MINISTÉRIO DE FINANÇAS  
LEI DE ORÇAMENTOS ORÇAMENTARIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
REVENHA DE CAPITAL  
2011

CODIGO	DESCRICAO	2011	2012	2013
0000	CAMARA MUNICIPAL			
	Contratado, contratado e prestação de serviços da Câmara Municipal	110.000		
	Auxílio de transporte e alojamento	42.000		
	DIVERSOS DE PESSOAL			
	Auxílio de alimentação, alojamento e combustível	95.300		
	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			
	Auxílio de manutenção, veículos e materiais	95.000		
	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO			
	Auxílio de manutenção, veículos e materiais	50.000		
	DEPARTAMENTO DE SAÚDE			
	Contratado, contratado e serviços do Município Público	100.000		
	Auxílio de transporte e alojamento	250.000		
	Contratado, contratado e manutenção de veículos	22.000		
	Auxílio de transporte e alojamento	200.000		
	DEPARTAMENTO DE TURISMO			
	Auxílio de veículos, materiais e manutenção	100.000		
	DEPARTAMENTO DE SAÚDE			
	Contratado, contratado e prestação de serviços	50.000		
	Contratado, contratado e prestação de serviços	50.000		
	Contratado e execução de obras de Esportes	100.000		
	Auxílio de Povoza Urbana	21.000		
	DEPARTAMENTO DE SAÚDE			
	Contratado e execução de obras de Esportes	50.000		
	DEPARTAMENTO DE SAÚDE			
	Contratado de serviços de saúde	20.000		
	DEPARTAMENTO DE SAÚDE			
	Contratado de serviços de saúde	50.000		
	DEPARTAMENTO DE SAÚDE			
	Contratado de serviços de saúde	50.000		
	DEPARTAMENTO DE SAÚDE			
	Contratado de serviços de saúde	60.000		

MUNICÍPIO DE FAGUNDES  
LEI DE ORÇAMENTOS ORÇAMENTARIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
REVENHA DE CAPITAL  
2011

ANEXO - Tabela 1 (LRF art. 4º, II, inciso V)	EVENTO	Valor Previsto em 2011
Anexo 1 - Prerrogativas Constitucionais		2.479.939
(1) Transferências Constitucionais		634.944
(1) Transferências do FUNDEF		632.608
Saldos Finais do Acordo de Convênio de Recursos II		1.019.203
Fórmula Permanente de Recursos III		
Minigim Bona III - 1-1-10		1.019.203
Saldos Citados do Minigim Bona IV		
Soma DOC		
Soma DOC - crédito por PPP		
Margem Liquida de Esporte de DOC III-IV		1.019.203



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE FAGUNDES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Taxa Média de Inflação do Período

VARIÁVEIS	2021	2022	2023
inflação média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,25	4,00	-4,00

2021

Índice para Deflação:

$I = (\text{taxa de inflação de } 2019/100)$

$I = (4,25/100) = 1,0425$

2022

Índice para Deflação:

$I = (\text{taxa de inflação de } 2019/100) \times (1 + (\text{taxa de inflação de } 2020/100))$

$I = (4,25/100) \times (1 + (4/100))$

$1,0425 \times 1,04 = 1,0842$

2023

Índice para Deflação:

$I = (\text{taxa de inflação de } 2019/100) \times (1 + (\text{taxa de inflação de } 2020/100)) \times (1 + (\text{taxa de inflação de } 2021/100))$

$I = (4,25/100) \times (1 + (4/100)) \times (1 + (4/100))$

$1,0425 \times 1,04 \times 1,04 = 1,1276$

Cálculo do Valor Constante

Valor Corrente/Índice para Deflação

- Aquisição de veículos, mobiliário e equipamentos	100.000
- Manutenção de veículos	50.000
- Construção de unidades habitacionais	200.000
- Construção e aquisição de rede de esgoto	1.500.145
- Superfícies Asfálticas	1.000.000
- Seguros para serviços	1.000.000
- Contratação de serviços terceirizados	50.000
- Contratação de materiais construtivos	50.000
- Contratação de serviços de manutenção	100.000
- Contratação de um Camião Municipal	200.000
- Contratação de um Terceiro Habituado	500.000
- Contratação de serviços de manutenção e assistência técnica	200.000
- Contratação de serviços de manutenção e assistência técnica	300.000
- SERVIÇOS DE SAÚDE	1.100.000
- Aquisição de medicamentos e materiais	200.000
- Contratação de serviços terceirizados	400.000
- Aquisição de materiais, mobiliário e equipamentos	200.000
- Contratação de serviços terceirizados	200.000
- SERVIÇOS DE SAÚDE	1.200.000
- Aquisição de medicamentos, materiais e equipamentos	100.000
- Contratação de serviços terceirizados	100.000
- TOTAL DA DESPESA DE CAPITAL	311.695.195

Obs: Como 2022 e 2023 faz parte do PPA 2023/2025 os valores só serão preenchidos na aprovação do mesmo em 2021